



Evolução Recente da Carga Tributária Federal

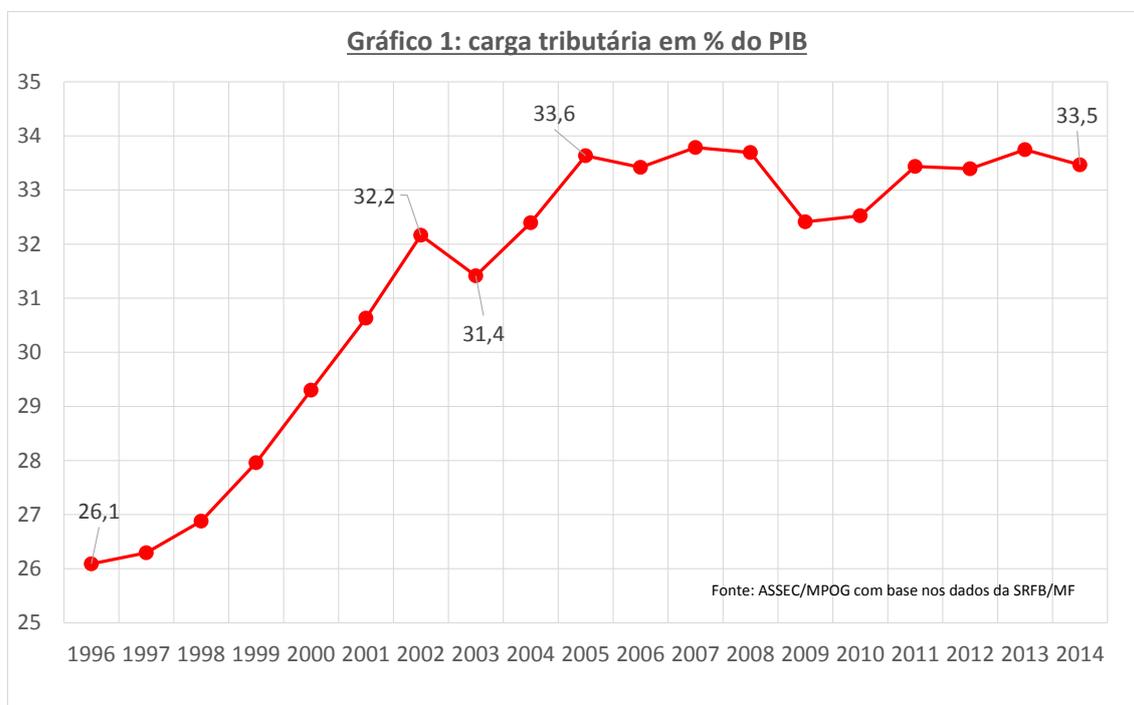
**Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**



11 DE NOVEMBRO DE 2015



A divulgação dos dados da carga tributária de 2014¹ confirmou um fato já conhecido por especialistas em finanças públicas brasileiras, mas de pouca divulgação entre o público geral: a arrecadação de impostos, taxas e contribuições do Estado brasileiro tem se mantido relativamente estável entre 33% e 34% do PIB desde 2005 (gráfico 1).



A exceção ocorreu em 2009 e 2010, quando os efeitos da crise financeira internacional e da política de desonerações do governo federal reduziram a carga tributária para menos de 33% do PIB.

Considerando o período de 1996 a 2014 como um todo, a elevação recente da carga tributária brasileira se concentrou basicamente em dois períodos:

1997-2002: quando o governo empreendeu um forte ajuste fiscal concentrado no aumento de arrecadação para enfrentar os efeitos de crises internacionais daquela época e viabilizar a transição do sistema de câmbio fixo para o sistema de metas de inflação, com câmbio flutuante e metas fiscais, que perdura até hoje.² Em números, a carga tributária passou de 26,1% do PIB, em 1996, para 32,2% do PIB, em 2002, um aumento de 6,1 pontos percentuais (pp) do PIB em seis anos.

2004-2005: quando o governo adotou um novo ajuste fiscal para combater os efeitos da forte depreciação cambial de 2002 e recuperar o equilíbrio fiscal. Nesse período a carga tributária aumentou 2,2 pp do PIB em apenas dois anos, isto é, de 31,4% do PIB, em 2003, para 33,6% do PIB, em 2005.

¹ A RFB divulga as informações sobre a carga tributária anualmente, razão pela qual os dados de 2015 ainda não estão disponíveis.

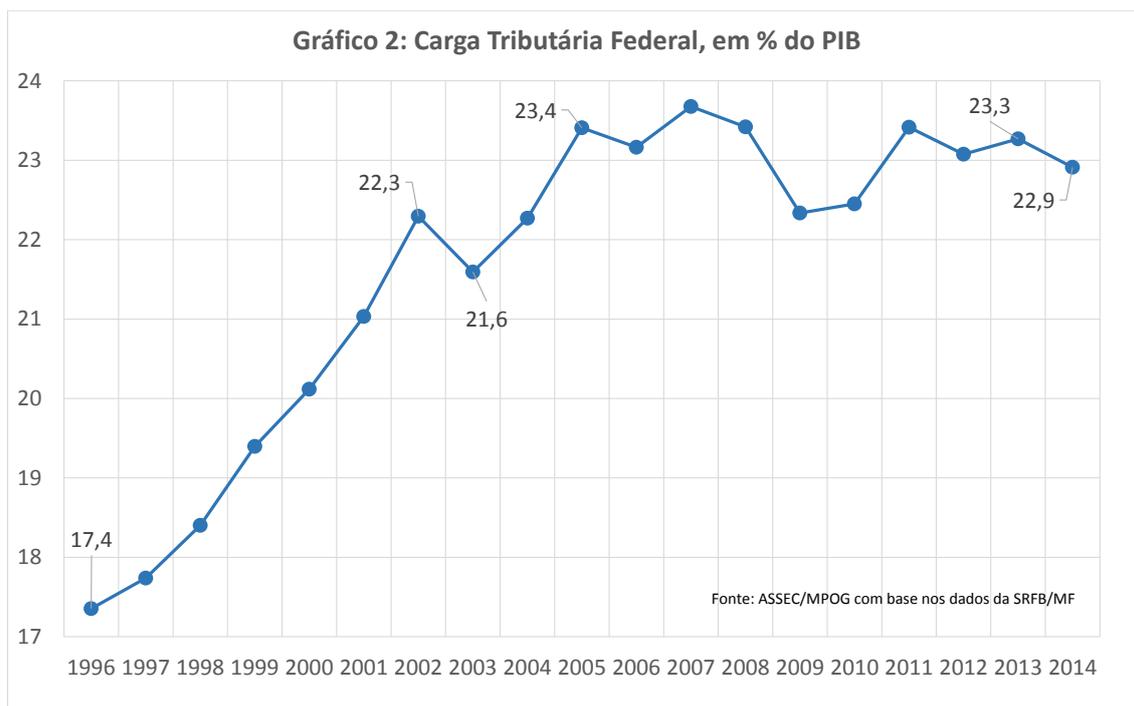
² O ajuste começou com o chamado “pacote 51”, lançado no final de 1997, após o início da Crise Asiática daquele ano.

Focando no dado mais recente, a carga tributária verificada em 2014 foi de 33,5% do PIB, o que por sua vez é ligeiramente menor do que o valor de 2005. Os números divulgados pela Secretaria de Receita Federal do Brasil (SRFB) mostram que a carga tributária de 2014 está praticamente no mesmo nível verificado há nove anos atrás.

Tendo em vista que hoje o governo federal enfrenta novamente a necessidade de um ajuste fiscal, só que desta vez mais baseado no controle de despesa do que no aumento de receita, esta nota tem por objetivo apresentar cinco fatos importantes, mas não amplamente conhecidos, sobre a evolução da carga tributária federal para auxiliar o debate macroeconômico em curso na sociedade brasileira.³

Fato 1: a carga tributária federal está relativamente estável desde 2005

Assim como acontece com a carga tributária total, a elevação da arrecadação federal se concentrou em 1997-02 e em 2004-05 (gráfico 2)⁴. Desde então a carga tributária federal tem flutuado em torno de 23,1% do PIB, mas com uma queda de 0,4 pp do PIB em 2014, devido à desaceleração do crescimento econômico no ano passado.

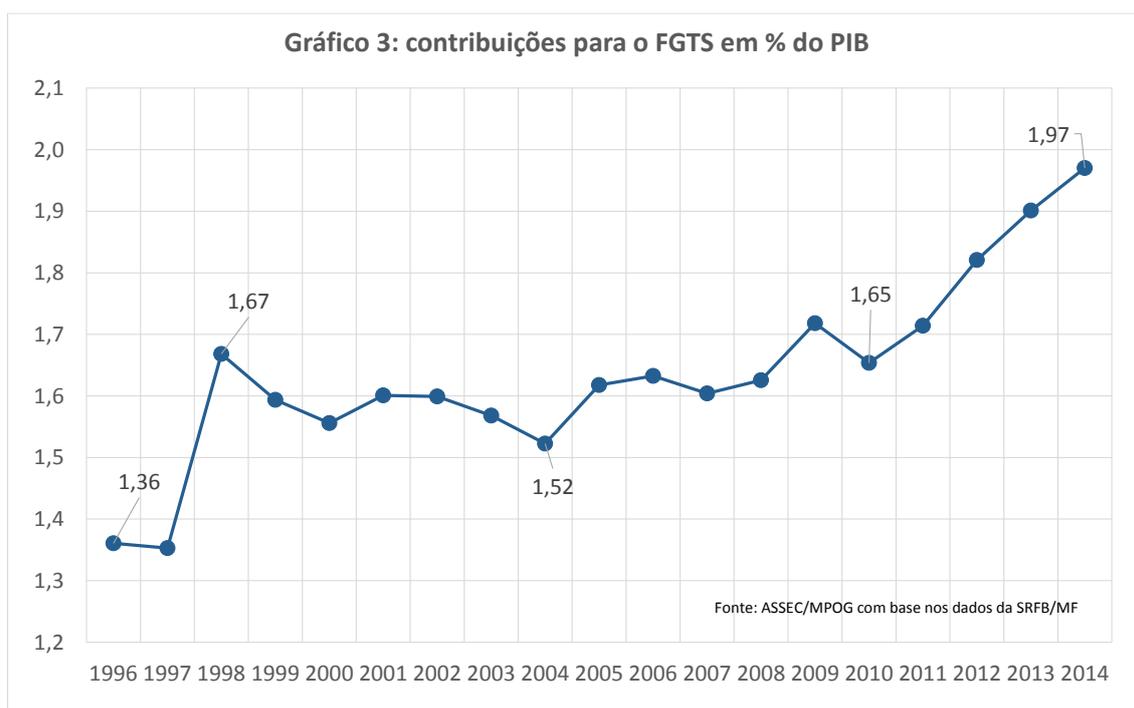


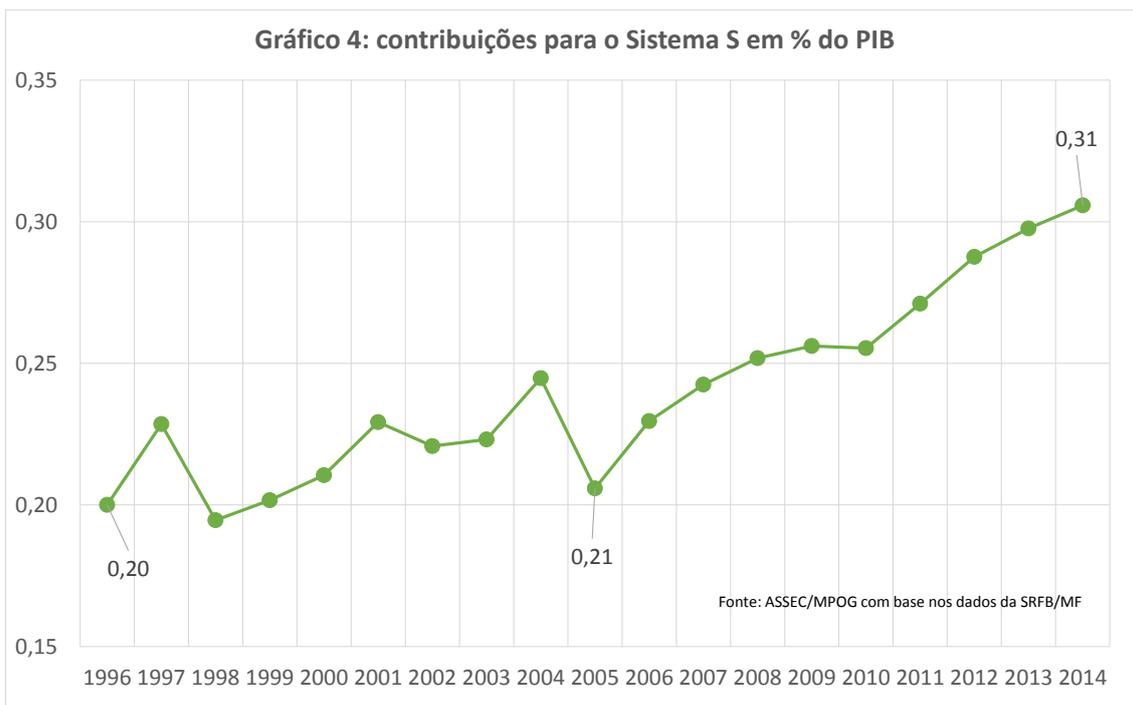
³ O anexo apresenta os dados detalhados de cada ano, referentes à União, Estados e Municípios, que também estão disponíveis em formato eletrônico no site da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

⁴ A arrecadação federal é composta de impostos que são compartilhados com estados e municípios e as contribuições federais que são destinadas ao custeio da seguridade social. Existem também outras contribuições como FGTS, sistema S e taxas específicas.

Fato 2: as contribuições para o FGTS e o sistema S subiram em 0,5% do PIB desde 2005

Com base nos dados publicados pela SRFB, as contribuições para o FGTS e o sistema S aumentaram em 0,7 pp do PIB de 1996 a 2014, sendo 0,6 pp para o FGTS (gráfico 3) e 0,1 para o Sistema S (gráfico 4). Neste último, o crescimento foi R\$ 15,2 bilhões entre 1996 e 2014 (894%). A maior parte desse aumento de arrecadação ocorreu recentemente, a partir de 2005, puxado pelo aumento da massa salarial e da formalização do mercado de trabalho.

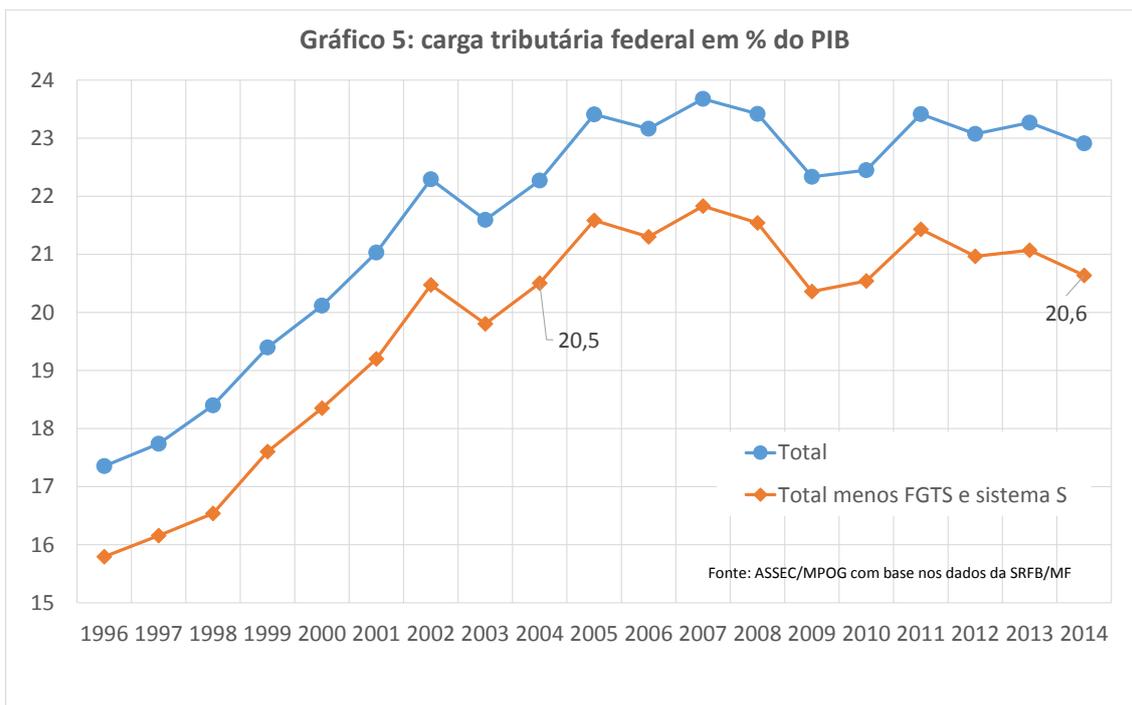




Fato 3: A arrecadação federal verificada em 2014 praticamente voltou ao patamar de 2004, quando excluídas do cálculo as contribuições ao FGTS e ao sistema S.

Considerando a carga tributária federal sem contribuições ao FGTS e ao sistema S, que não financiam despesas públicas, os dados da SRFB indicam uma arrecadação média de 21,1% do PIB desde 2004 (gráfico 5).

Mais importante, o valor arrecadado em 2014 é praticamente igual ao verificado em 2004, ou seja, não houve aumento substancial de carga tributária federal nos últimos dez anos quando excluimos o FGTS e o Sistema S do cálculo.



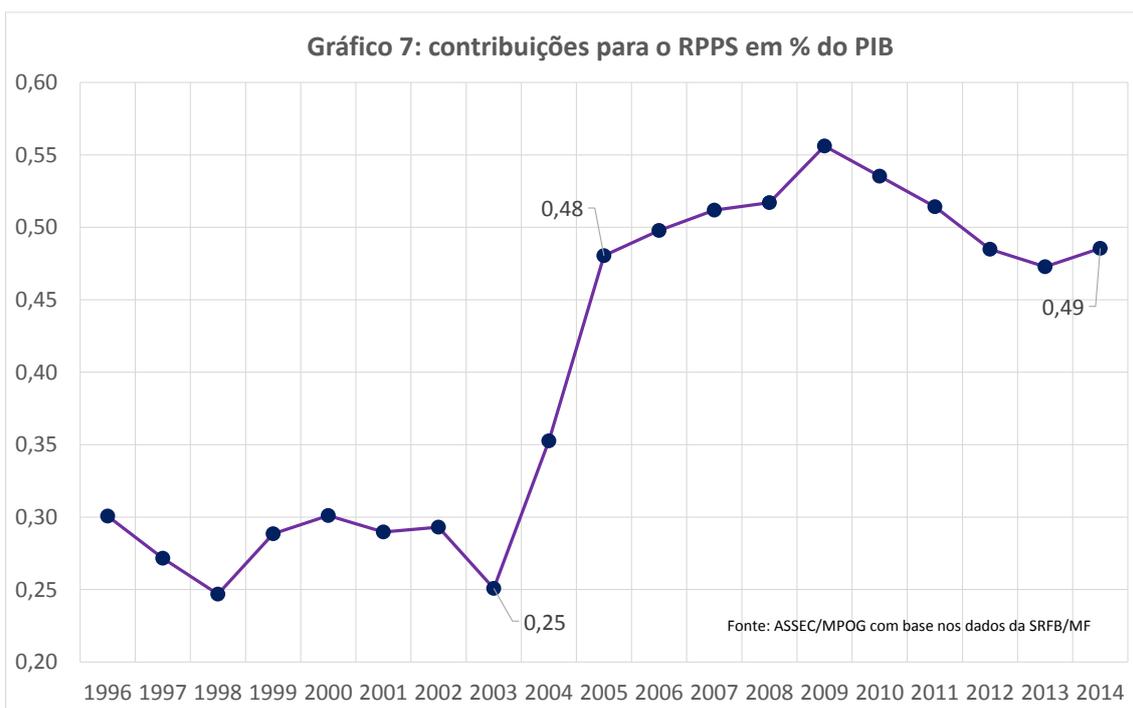
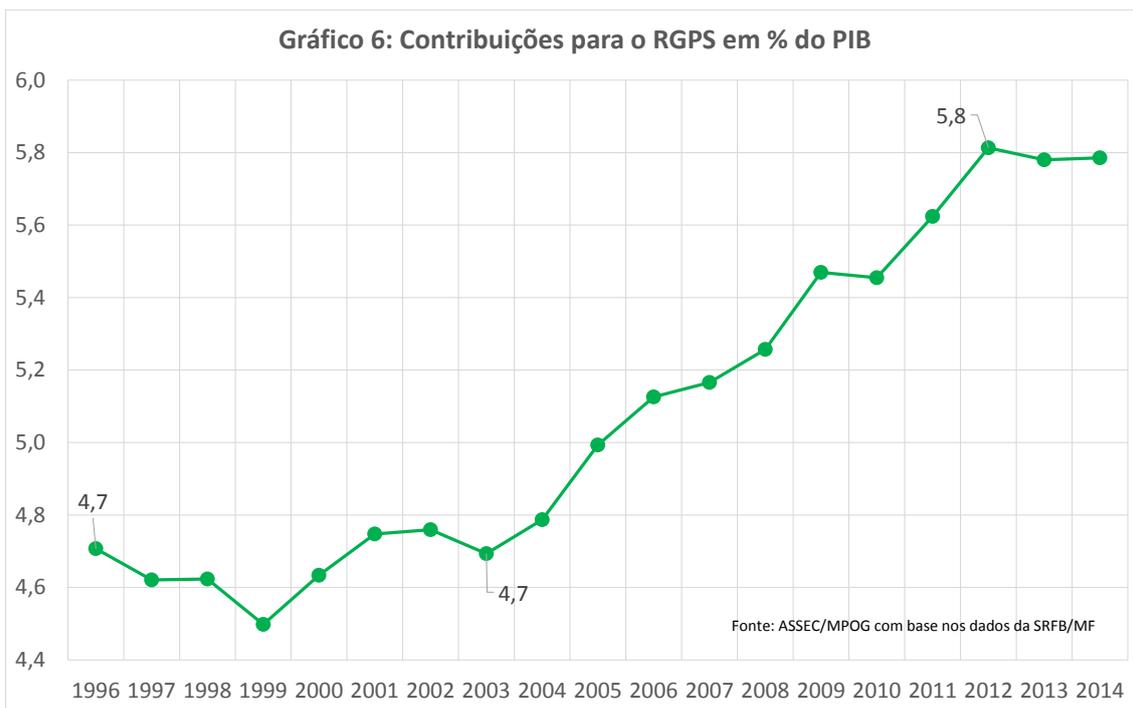
Fato 4: as contribuições previdenciárias que entram na carga tributária federal aumentaram em 1,4 pp do PIB desde 2003

No caso do regime geral de previdência social (RGPS), os dados da SRFB indicam que a arrecadação subiu em 1,1 pp do PIB de 2003 a 2012, puxada pela expansão da massa salarial já mencionada anteriormente (gráfico 6). Os dados da SRFB também indicam que a arrecadação efetiva da previdência social se estabilizou em torno de 5,8% do PIB a partir de 2013, quando houve uma expansão da desoneração da folha de pagamento para vários setores.⁵

Já no caso das contribuições para o regime próprio de previdência dos servidores (RPPS), os dados da SRFB revelam um aumento de aproximadamente 0,3 pp do PIB desde 2003, sendo este aumento concentrado em 2004 e 2005 (gráfico 7), quando entrou em efeito a reforma da previdência aprovada em 2003.⁶

⁵ A desoneração da folha de pagamento começou em no final de 2011, apenas para três setores: (i) serviços de tecnologia de informação, (ii) produtos têxteis e confecções e (iii) produtos de couro e calçados. Posteriormente ela foi ampliada para vários ramos de atividade econômica e revista em 2015.

⁶ A reforma de 2003 criou, dentre outras coisas, uma contribuição de 11%, por parte dos aposentados, sobre o valor que exceder o teto de aposentadoria do INSS.



Fato 5: A carga tributária federal de 2014 foi 1% do PIB menor do que o verificado em 2002, quando excluídas do cálculo as contribuições para o FGTS, o sistema S, o RGPS e o RPPS.

Os fatos apresentados revelam o seguinte quadro sobre a evolução da carga tributária nos últimos três mandatos presidenciais:

A carga tributária federal aumentou de 22,3% do PIB, em 2002, para 22,9% do PIB, em 2014. Houve, portanto, um aumento de 0,6 pp do PIB.

No mesmo período as contribuições para o FGTS e o Sistema S aumentaram em 0,5 pp do PIB, enquanto as contribuições para o RGPS e o RPPS subiram em 1,1 pp do PIB.

A conclusão dos resultados acima é que o aumento da carga tributária federal verificada nos três últimos mandatos presidenciais está associado ao crescimento das contribuições para o FGTS, o sistema S e a previdência. A arrecadação dos demais impostos caiu em 1 pp do PIB devido à evolução do nível de atividade econômica, do fim da CPMF e da política de desonerações tributárias adotada nos últimos anos (gráfico 8).

